

Encontra-se em discussão no Congresso dos Estados Unidos a Lei de Proteção à Saúde de Crianças e o Medicare, este para pessoas com mais de 65 anos de idade, enquanto que aquela se destina aos filhos dos que não apresentam condições financeiras para contratar seguro saúde.

O Congresso fez uma emenda estendendo o benefício de 6,6 para 11 milhões de crianças, recebendo, em contrapartida uma ameaça de veto por parte da Casa Branca. Na disputa entre legislativo e executivo, os serviços e exames de diagnósticos por imagem foram colocados em pauta.

A Lei traz embutida a discussão da ampliação das exigências federais de acreditação a muitos serviços de imagem. Se o Projeto de Lei for aprovado a radiologia, a tomografia computadorizada, a ressonância magnética, a medicina nuclear, a ecocardiografia, o PET e as tecnologias emergentes teriam que ser acreditadas até o ano de 2010 para se qualificarem ao pagamento do serviço de saúde estatal. Para a ultrassonografia diagnóstica o prazo se estenderá até 2012. O modelo a ser adotado é similar ao já consagrado e obrigatório programa de acreditação de mamografia desenvolvido pelo governo americano.

A inclusão de reformas relacionadas à radiologia no projeto da Câmara reflete uma crescente disposição do Congresso e dos Centros e Serviços do Medicare na abordagem dos custos e das práticas diagnósticas por imagem. Se por um lado, procura expandir as restrições federais contra a autogeração, por outro, busca regular firmemente as práticas comerciais dos serviços de diagnóstico por imagem independentes incluídos na Tabela do Medicare para 2008. Propõe um Sistema de Pagamento Prospectivo para Pacientes Ambulatoriais em 2008 que empacotaria o componente técnico dos procedimentos de medicina nuclear com o custo do radiofármaco.

Treze meses depois de aprovada, a Lei interromperá a cobrança dos exames pelo valor total, impondo faturamentos separados dos componentes técnicos e profissionais.

Apresenta, ainda, modificação na fórmula de pagamento para exames de partes contíguas do corpo realizados em sessão única. Na política atual é adotado um redutor de 25% para o segundo exame, sendo proposto um aumento do mesmo para 50%.

Naquele mercado, nos cálculos dos valores de reembolsos dos exames é adotada uma taxa presumida de utilização do equipamento de 50%, o projeto estabelece a adoção de 75%, como parâmetro.

Ao mesmo tempo em que os legisladores mostram preocupação para contratação de serviços com qualidade e em combater os malefícios da autogeração, promovem outras alterações que podem impactar fortemente na redução dos valores de retribuição dos exames.

Um volume de intervenção tão importante em um setor da área médica, em um projeto voltado principalmente para expandir o acesso aos serviços de saúde de crianças pobres, ilustra a vulnerabilidade política dos serviços radiológicos de alta tecnologia. Aumentam os gastos com uma maior abrangência de crianças, porém, resolvem que a radiologia pode ajudar a pagar a conta. Pode-se identificar ainda, que os diagnósticos por imagem vêm sendo continuamente monitorados pelos radares do Congresso Americano.

Não constitui nenhuma sandice imaginar que possamos conviver com situações semelhantes, que sejamos submetidos a uma ANAC qualquer. Nestes momentos, certamente, serão fundamentais os trabalhos desenvolvidos pelo CBR ao longo de sua existência, assim como identificaremos a importância de suas comissões de certificação.

Dr. Aldemir Humberto Soares

é Diretor Responsável pelo Boletim do CBR

OPINIÃO



CONGRESSO AMERICANO E CASA BRANCA DISCUTEM INTERVENÇÃO NOS DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM

**A intervenção
governamental
em áreas
técnicas é
sempre realizada
de maneira
inadequada**